

# Um país confiável



» JOSÉ SARNEY  
Ex-presidente da República,  
escritor e imortal da Academia  
Brasileira de Letras

Quando do término da elaboração da Constituição de 1988, tive a oportunidade de dizer que, embora não fosse perfeita, tínhamos de concluí-la para que a nossa Carta Maior coroasse a transição democrática e assegurasse que o país fizesse da melhor maneira a travessia de um regime autoritário para um regime de liberdade absoluta. Nesse sentido, era crucial promulgar a Constituição possível.

Assim, ressaltei que a nossa Constituição era híbrida, parlamentarista e presidencialista, o que sem dúvida provocaria no tempo conflitos de competência entre um Poder e outro. E agora estamos assistindo a essas disputas entre o Legislativo e o Executivo, além da recorrente acusação de ativismo judicial contra o Supremo Tribunal Federal (STF), que estaria invadindo a competência do Congresso.

Nessas disputas, a mais séria é o caso das medidas provisórias. Quando eu fui por oito anos presidente do Senado, tentamos várias vezes uma solução para que essa legislação não se tornasse rotina, aí, sim, legislando com amparo na Constituição, mas invadindo costumeiramente o que seria atribuição de outro Poder.

A verdade é que, no momento, estamos vivendo um excesso de crises, como dizem os

franceses nesses instantes. É crise nos preços, nos juros, no IOF (esta, um cabo de guerra) e, para não ficar somente entre nós, vem Trump e impõe uma tarifa para o Brasil de 50% — um problema porque afeta todos os setores produtivos brasileiros complementares da economia americana. E ainda se enfrenta o grande embaraço de um presidente dos Estados Unidos que não tem a visão do que o seu país representa para o mundo e não respeita seus aliados e seus vizinhos. Como se não bastassem as nossas crises, temos que solucionar mais esta, certamente a maior, que tem conotações políticas e envolve empresas pessoais americanas, objeto de punição pela alta Corte da Justiça brasileira, uma vez que essas empresas são impedidas de veicular, no Brasil, materiais com propaganda de ódio e conteúdo antidemocrático, ambos proibidos pela legislação brasileira.

É triste sentir e constatar que os negociadores da crise do IOF não têm alcançado os resultados que eram de se esperar, pois eles têm autoridade e legitimidade para cuidar dos interesses nacionais, e não dos de grupos de pressão que atuam nessas ocasiões defendendo seus interesses — e não os do país.

Invoco mais uma vez meu testemunho sobre a origem desse inevitável imbróglio. A parte sobre o sistema tributário na Constituição de 1988 foi um dos textos que me levaram a dizer que o país se tornaria ingovernável e que a parte relativa ao consumo inovava perigosamente. A taxa do ICMS nas relações entre os estados era feita pelo Senado Federal. Vem a Constituição e determina que seja da competência de cada estado da Federação. O resultado é que temos hoje 27 taxas, cada uma

refletindo os interesses de cada uma das unidades da Federação, que aumentaram significativamente à proporção que necessitavam de recursos. Isso aumentou muito a carga fiscal. Por outro lado, também o governo federal ao longo desses 40 anos tem aumentado seus impostos, enquanto a Câmara aumenta as despesas.

Por que, então, o país não ficou ingovernável? Porque aumentamos a carga tributária, o equilíbrio orçamentário desapareceu, e os impostos que recaem sobre o povo ficaram extorsivos. Se não encontrarmos uma solução para isso, dentro de três anos, aí, sim, vamos enfrentar uma crise insolúvel. Nesses momentos as instituições têm de ser muito fortes para não serem atingidas. Lembremos Otávio Mangabeira quando dizia que “a democracia é uma planta tenra que precisava ser cuidada constantemente”.

Não é possível que nossos líderes na Câmara e no Senado, com nosso competente, experiente e preparadíssimo ministro Fernando Haddad não encontrem o caminho certo para o entendimento. Lembro-me do discurso inaugural de Tancredo Neves, que li perante o ministério em 17 de março de 1988. Ele dizia: “É proibido gastar!” (A exclamação é minha). E hoje podemos acrescentar: “E aumentar impostos!”

Assim, encerro esta exortação pedindo que abandonemos os discursos de ódio, passemos a considerar a opinião alheia, evitemos negociar pedindo ao outro lado o que jamais se pode aceitar e passemos a olhar mais para as responsabilidades que repousam nos ombros de quem exerce qualquer poder.

O Brasil precisa de paz para continuar a ser o que sempre foi: um país confiável!

## Cartão Vermelho para o Racismo: expulsar o preconceito dos estádios é urgente



» JUVENAL ARAÚJO  
Subsecretário de Políticas de  
Direitos Humanos e Igualdade  
Racial da Secretaria de Justiça e  
Cidadania do Distrito Federal

O futebol, paixão nacional e símbolo de identidade cultural brasileira, ainda carrega uma chaga grave: o racismo. Em 2023, o Observatório da Discriminação Racial no Futebol registrou 136 casos no Brasil — um aumento de 38,8% em relação a 2022. Embora o crescimento também reflita maior conscientização e denúncia, é um sinal claro de que o preconceito persiste dentro e fora dos gramados. Uma pesquisa realizada em parceria com a CBF e a Nike revelou que 41% das pessoas negras que atuam no futebol profissional — entre atletas, árbitros, dirigentes e membros de comissão técnica — já sofreram racismo no exercício da função. Desse, mais da metade relatou que a violência ocorreu dentro dos estádios, por parte de torcedores, colegas de equipe, dirigentes ou membros da comissão técnica.

Episódios de injúria racial têm se multiplicado não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Da Espanha à Argentina, da arquibancada ao vestiário, do torcedor ao dirigente, o preconceito assume diversas formas e atinge diferentes espaços. No entanto, enquanto muitos ainda se limitam a manifestações simbólicas e campanhas esporádicas, iniciativas práticas e estruturadas se tornam cada vez mais urgentes. É nesse contexto que se destaca o programa Cartão Vermelho para o Racismo, promovido e idealizado pela Secretária de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, Marcela Passamani.

Esse programa representa uma política pública de enfrentamento ao racismo no futebol com base em ações concretas, permanentes e intersetoriais. Ele prevê o letramento racial de todos os profissionais envolvidos — incluindo jogadores, árbitros, dirigentes, imprensa, seguranças e até mesmo os torcedores —, a criação de canais de denúncia, treinamentos para identificação de atos racistas e o acionamento de protocolos emergenciais durante partidas. É uma abordagem que não apenas reage aos episódios, mas que os antecipa, prevenindo-os por meio da educação e da conscientização.

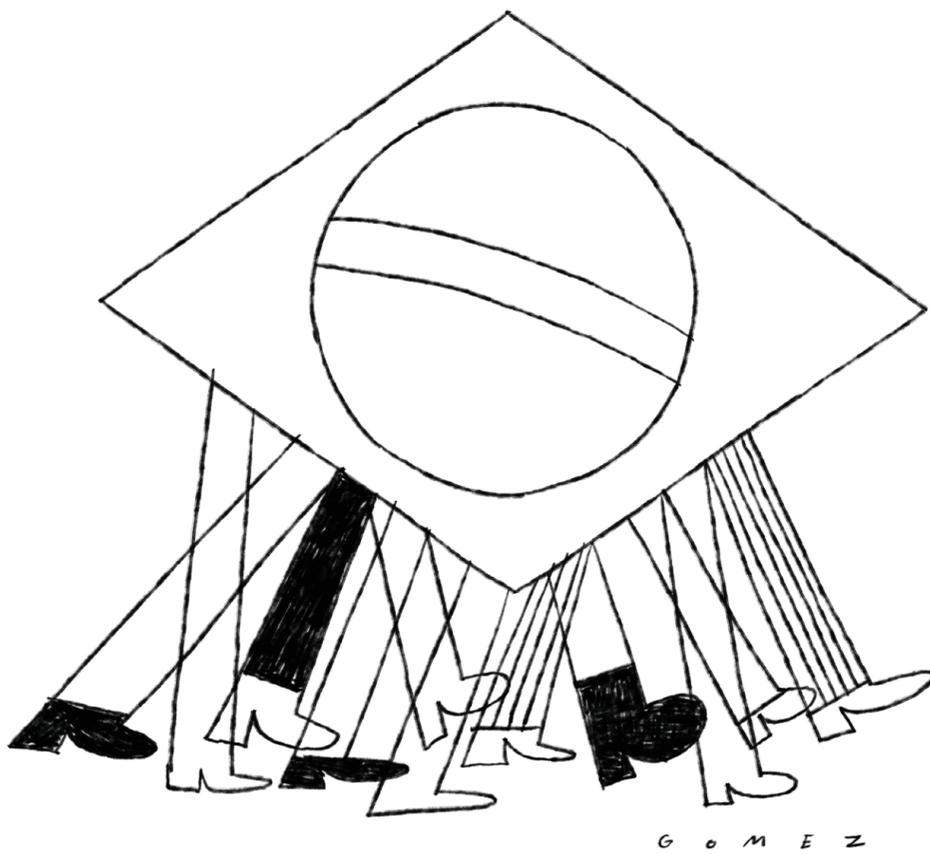
O diferencial do Cartão Vermelho para o Racismo está justamente no letramento racial. Mais do que punir, é preciso educar. Muitos ainda não compreendem o que constitui uma prática racista ou relativizam esses comportamentos como “brincadeira de torcida”. O letramento racial rompe com essa lógica e promove uma mudança estrutural. Ele ensina a reconhecer microagressões, desconstruir estereótipos e entender o impacto histórico e social do racismo no esporte. Esse conhecimento transforma comportamentos individuais e fortalece coletivamente a cultura da dignidade, da empatia e do respeito.

Amanhã, dia 12, durante o clássico entre Vasco e Botafogo no Estádio Mané Garrincha, em Brasília, o programa estará em campo mais uma vez. A ação contará com faixas educativas, campanhas nas placas de publicidade, distribuição de materiais informativos e a atuação de equipes treinadas para identificar e responder a manifestações de racismo. Além disso, será uma oportunidade para dialogar diretamente com o torcedor e fortalecer a cultura da denúncia e da não tolerância ao preconceito.

O envolvimento dos clubes é peça-chave nesse processo. Quando instituições como Vasco e Botafogo apoiam publicamente essas iniciativas, elas reforçam o compromisso ético com a diversidade e incentivam que suas torcidas adotem atitudes mais conscientes. Da mesma forma, o engajamento de torcedores, organizados ou não, é essencial para que o combate ao racismo ultrapasse os muros dos estádios e se espalhe por toda a sociedade.

No cenário internacional, há protocolos semelhantes. A Fifa e a Uefa aplicam campanhas como “Say No to Racism” e punem com rigor atitudes discriminatórias. No entanto, ainda é raro encontrar iniciativas que, como o Cartão Vermelho para o Racismo, combinem prevenção, educação e ação imediata. O Brasil pode, e deve, ser referência global nesse tema — e isso começa com boas práticas locais, como as do Distrito Federal.

Em um país onde mais da metade da população é negra, é inaceitável que o principal esporte nacional ainda seja palco de racismo institucionalizado. O futebol é, por natureza, plural, diverso e coletivo. Ele não pode continuar sendo um espaço de exclusão e violência simbólica. Expulsar o racismo de campo é mais do que uma metáfora: é uma necessidade urgente. E protocolos como o do Distrito Federal mostram que é possível, sim, jogar bonito também fora das quatro linhas. É tempo de virar o jogo — com coragem, com políticas públicas eficazes e com a força coletiva de quem acredita no poder transformador do esporte.



## O preço da falta de escolha: barreiras à autonomia reprodutiva impactam a economia



» FLORBELA FERNANDES  
Representante do Fundo de  
População das Nações Unidas  
no Brasil e diretora de país para  
o Uruguai e Paraguai

No Brasil, como em muitos países, as taxas de fecundidade têm caído em ritmo acelerado. Os impactos desse fenômeno levantam alertas diversos, como o envelhecimento populacional e a redução no ritmo de crescimento demográfico. Em muitos contextos, fala-se da diminuição da população e de uma provável crise ocasionada por essa razão. No entanto, dados recentes do Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) sugerem que a questão vai além do número de nascimentos. No centro do debate, está a falta de condições para que as pessoas possam formar as famílias que desejam.

Os dados sobre fecundidade do Censo 2022, recentemente divulgados pelo IBGE, confirmam a tendência de declínio, apresentando uma taxa de fecundidade total de 1,5 nascimento por mulher, a menor já registrada nacionalmente. Para que um país mantenha a sua população, sem crescer ou diminuir, a taxa de reposição é de 2,10 nascimentos tidos por mulher ao final da vida. Em relação ao Censo de 2010, os dados também revelam o aumento da proporção das mulheres entre

50 e 59 sem filhos/filhas.

Em 2025, o Dia Mundial da População — 11 de julho — será celebrado pelo Unfpa com uma reflexão sobre o empoderamento das pessoas jovens para formar as famílias que desejam, em um mundo justo e esperançoso. A juventude e a autonomia reprodutiva são centrais para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o novo relatório Situação da População Mundial 2025 (SWOP), intitulado A verdadeira crise de fecundidade: a busca pela autonomia reprodutiva em um mundo em transformação, amplia essa discussão ao mostrar que, para milhões, o desafio não é querer menos filhos/filhas, mas não conseguir formar a família desejada por falta de condições básicas, apoio institucional e segurança econômica.

Pesquisa realizada em 14 países (entre eles, o Brasil), considerando uma amostra de cerca de 14 mil pessoas, revelou que uma em cada cinco pessoas acredita que não conseguirá atingir o número de filhos/filhas desejado. Mais de 50% mencionam o custo de vida, a moradia e a insegurança no emprego como barreiras. No Brasil, desigualdades e precariedade habitacional agravam o cenário. Um estudo recente mostrou que pessoas jovens com acesso a crédito habitacional têm 32% mais chances de ter filhos/filhas, um dado que reforça como a estrutura e o apoio influenciam as escolhas reprodutivas.

Não faltam pessoas que queiram formar uma família. Falta um ambiente propício: moradia acessível, trabalho decente, saúde reprodutiva, políticas de cuidado e reconhecimento de

diferentes arranjos familiares. Esses fatores são essenciais não só para a liberdade individual, mas também para o futuro econômico do país. O Brasil vive o fim de uma janela demográfica favorável, e a proporção de idosos cresce. Criar condições para que pessoas jovens possam exercer sua autonomia reprodutiva será fundamental para sustentar o crescimento econômico.

Quando as estruturas falham com as famílias, todos perdem. A falta de escolha reprodutiva leva ao aumento da solidão, adiamento da formação de famílias, mais gestações não intencionais, desequilíbrio demográfico e perda de dinamismo econômico. Mulheres enfrentam os maiores dilemas, sobrecarregadas com cuidados não remunerados e ainda responsabilizadas pela queda da fecundidade.

Investir em infraestrutura para a autonomia reprodutiva fortalece direitos humanos e gera resiliência econômica. Garantir escolhas livres, informadas e viáveis deve ser prioridade em qualquer estratégia de desenvolvimento.

Neste 11 de Julho, o Unfpa, como agência das Nações Unidas especializada em saúde sexual e reprodutiva, reitera a importância de escutar as juventudes. Elas sabem o que querem e de que precisam. Fazer com que as pessoas tenham o poder de decidir se, quando e quantos filhos/filhas desejam ter é mais do que liberdade. É uma decisão estratégica. O preço da omissão não é apenas humano. É também econômico. E está ficando alto demais para seguir sendo ignorado.